



SUCANZEIROS

Comitê Nacional se reúne no Ministério

Página 2

ARTIGO

Sindicato: nossa casa coletiva, nossa identidade de classe

Página 4

SEM ENROLAÇÃO

Servidores exigem mais ação na Mesa

Página 3



DIAP ALERTA

Reforma administrativa é parte de acordo para travar pautas sociais

Em plenária das Três Esferas, assessor parlamentar, Neuriberg Dias, fala que um "pacto" pelo Estado mínimo avança no Congresso. PEC 66 também interessa aos que estão a serviço do mercado financeiro e não do povo. Resistência é necessária

Em plenária nacional da Aliança das Três Esferas nessa terça-feira, 29, o assessor parlamentar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Neuriberg Dias, fez uma análise detalhada sobre o avanço do debate que envolve a reforma administrativa no Congresso Nacional. A apresentação destacou que o cenário pode alterar profundamente o funcionamento do Estado brasileiro e o serviço público como um todo.

Neuriberg reforçou alertas já feitos anteriormente, parabenizou e reforçou a necessidade de prosseguir com a mobilização das entidades sindicais e dos movimentos sociais que pressionaram o Congresso, especialmente o relator da matéria, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), que recuou em suas intenções iniciais de priorizar a PEC 32/20 de forma fatiada em seis eixos temáticos.

Segundo o assessor do Diap, a resistência ao avanço da proposta é uma vitória importante frente ao pacto tácito entre o mercado financeiro e setores do Congresso. "O mercado aceita financiar campanhas, tolera o empoderamento orçamentário do Legislativo e até o acúmulo de aposentadorias por parlamentares, desde que esses mantenham uma postura de contenção de pautas sociais e defendam interesses da elite empresarial", alertou.

Entre os interesses do mercado estão: derrubada do IOF, manutenção de isenções fiscais bilionárias, isenção de lucros e dividendos, anistia de dívidas do agronegócio, entre outros. Já o governo, por sua vez, tenta pautar medidas como a tributação dos super-ricos, revisão de super salários e redução de incentivos fiscais — o que gera embates contínuos.

Reprodução



Neuriberg: A reforma administrativa está em construção

Reforma: para todos ou para poucos? - Neuriberg destacou que, embora a proposta oficial defenda a modernização e a eficiência da administração pública, os riscos reais apontam para a precarização das condições de trabalho, o desmonte dos serviços públicos e o aumento da desigualdade social. "A quem serve essa reforma?", questionou, reforçando que os maiores prejudicados seriam os servidores públicos, a população que depende dos serviços e o próprio Estado como garantidor de direitos.

Entre os principais pontos defendidos até o momento pela reforma estão: ampliação de contratações temporárias, mais cargos comissionados (sem concurso), terceirizações e redução de direitos. A estabilidade — pilar da imparcialidade e permanência do serviço público — também está em risco.

Além disso, dados desmentem o mito do "Estado inchado": de acordo com nota técnica da Consultoria de Orçamento do Congresso Nacional, a despesa da União com pessoal caiu de 4,32% para 3,39% do PIB entre 2017 e 2023. A média salarial no setor público é inferior ao que se propaga: 62% dos servidores federais ganham até R\$ 7 mil, e a maioria atua em áreas essenciais como saúde, educação e assistência social.

Outro ponto de destaque trazido na apresentação aponta para um movimento mundial de reestatização de serviços públicos essenciais. Supersalários e meritocracia: promessas inconsistentes

Pedro Paulo, relator da PEC, ainda

indicou que a nova proposta não tratará diretamente do ajuste fiscal, mas sim de "correções importantes" na estrutura do serviço público, como identidade digital única, rastreabilidade de atos, meritocracia com bônus por metas e unificação de concursos nacionais.

Entretanto, críticas foram feitas ao uso da meritocracia em um ambiente sem plano robusto de investimentos em tecnologia e em meio a um "apagão de servidores".

Em meio a isso tudo, o relator descartou a apresentação de uma proposta específica sobre supersalários. Vale destacar que militares também estão de fora desse debate.

O cidadão como elo mais fraco

Neuriberg destaca que os impactos da reforma recaem principalmente sobre a população que mais precisa do Estado. "Menos concursos, mais precarização e menor qualidade nos atendimentos públicos afetam diretamente os mais vulneráveis", afirmou. Nesse cenário, o Estado se tornaria menos preparado para enfrentar emergências

e desigualdades, com efeitos negativos para pequenos e médios empresários também.

Exemplos como o desenvolvimento do PIX — criado integralmente pelo Banco Central, órgão público — foram usados para mostrar como o serviço público é capaz de inovação e eficiência quando valorizado e adequadamente financiado.

Processo legislativo: riscos e manobras - A tramitação da reforma ainda está em construção no Congresso. O GT da Reforma Administrativa deve apresentar seu relatório final após 12 de agosto. A proposta será, então, encaminhada à Mesa Diretora da Câmara, podendo ser pensada a outras PECs em estágio avançado — uma manobra que limitaria o direito de emenda por parte de parlamentares fora do GT, explicou o assessor parlamentar do Diap.

Com prazo exíguo de 45 dias para audiências públicas, elaboração de textos e negociação, especialistas alertam para o risco de um processo acelerado e com pouca transparência. Há ainda preocupações quanto aos limites constitucionais, uma vez que alterações sobre cargos, orçamento e regimes jurídicos exigem iniciativa exclusiva do Executivo, o que pode tornar a proposta inócua se aprovada apenas pelo Legislativo. (FONTE: CONSEF)

O SEU VOTO É MUITO IMPORTANTE

SINDSEP-MT Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso
Fundado em 22/02/1990

FILIADO À CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

FILIADO À CONSEF
Confederação dos Trabalhadores em Serviço Público Federal

Inicio Institucional Ass. Imprensa Informações e Serviços Eleições 2022/2026 Congressos dos Servidores Webmail

Segunda-feira, 21 de julho de 2025

PESQUISAR NO SITE
Digite sua pesquisa ...

MOBILIZAÇÃO NACIONAL DO PLEBISCITO POPULAR PELO FIM DA ESCALA 6X1

PLEBISCITO POPULAR POR UM BRASIL MAIS VOTE AQUI

JORNAL O COMPROMISSO
Ed. 210 - Jun/2025

CONTRA O CONGRESSO INIMIGO DO PLEBISCITO POPULAR: A LUTA CONTINUA!
Criado Em Sexta, 11 Julho 2025 12:18 Escrito Por ...

OPINIÃO

VAI TER PLEBISCITO POPULAR! É HORA DE VOTAR!
Votação aberta até 7 de setembro!

Para votar, acesse ao nosso site: www.sindsepmt.org.br

Compartilhe com seus contatos!

15ª REUNIÃO

Servidores exigem mais ação na Mesa de Negociação da Saúde

Bancada Sindical participou da reunião ordinária da Mesa Permanente do Ministério da Saúde (MSNP/MS)

A reunião entre representantes do governo e servidores da saúde discutiu inúmeros pontos de interesse da categoria. A incorporação da GAE à remuneração dos servidores foi um dos primeiros temas a serem debatidos, dentro da Comissão Temática de Pendências Trabalhistas, Remuneratórias e Benefícios. “A bancada governamental nos informou que o Ministério do Planejamento disse não ser possível incorporar a GAE na remuneração. O impacto seria grande demais para a União, cerca de R\$ 6 bi. Mas nós queremos então que propostas efetivas sejam apresentadas para viabilizar melhoras necessárias no setor”, disse Sérgio Ronaldo, diretor da Condsef/Fenadsef. O governo informou que os debates para a resolução da questão devem continuar.



Os representantes da Bancada Sindical e da Bancada Governamental decidiram encaminhar para o Setor de Recursos Humanos dos Núcleos Estaduais, Hospitais próprios, FUNASA, FIOCRUZ e Agências, o questionário elaborado pela Comissão com prazo de resposta em 20 dias a partir da data de recebimento.

“A aplicação deste questionário terá como objetivo conhecer as formas de assistência e os programas de prevenção e promoção à saúde dos trabalhadores existentes nos locais de trabalho”, explicou o diretor da Condsef.

Exames Periódicos

A Bancada Governamental assumiu o compromisso de averiguar como estão sendo realizados os exames periódicos para os trabalhadores contaminados nos Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Goiás e Maranhão. A princípio os exames seriam feitos nesses estados onde foram detectados casos graves de servidores com problemas de saúde.

O convênio da Funasa com o CAPSAÚDE também foi pauta de discussão. Para estes casos o Governo disse que também irá orientar a Funasa a custear as despesas médico-hospitalares, bem como a compra de medicamentos, não só para os servidores que ganharam judicialmente tutela antecipada, como também ampliar estes benefícios a todos os funcionários da Fundação. “O governo ainda disse que vai verificar a possibilidade de trazer na próxima reunião da Comissão uma sugestão do Laboratório de Toxicologia da Fiocruz sobre os exames periódicos”, acrescentou Sérgio Ronaldo. “Vamos ficar de olho e aguardar os desdobramentos do que foi discutido nesta reunião”.

Concursos e Anistiados

Outros dois temas que pautaram a reunião foram a abertura imediata de concurso público para a Agência Nacional de Saúde (ANS) e o retorno de 47 servidores anistiados do Ministério da Saúde. O advogado da MSNP/MS informou que a coordenação de Recursos Humanos está estudando a legislação para verificar se há possibilidade de alterar a situação desses anistiados. A Condsef informou que o Sindsep-DF já ajuizou ação para resolução do impasse.

O representante da Funasa, Dirceu Ribeiro, informou ainda que a gratificação para Farmacêuticos e Bioquímicos foi excluída. “A Condsef irá verificar essa informação. Vamos correr atrás da solução para mais esta pendência”, disse Sérgio Ronaldo.

SAÚDE DO TRABALHADOR FOI DEBATIDA

NOTA EXPLICATIVA – AÇÃO DO FGTS

Prezados(as) clientes,

Informamos que, no processo movido para a correção dos saldos do FGTS, a Justiça Federal proferiu sentença de improcedência, ou seja, não acolheu o pedido de substituição da Taxa Referencial (TR) por outro índice de inflação (como o IPCA ou INPC).

O que foi decidido pelo juiz?

A Justiça entendeu que, segundo decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5090, a correção do FGTS deve continuar sendo feita conforme as regras previstas em lei (TR + 3% ao ano + distribuição de lucros). O STF reconheceu que essa fórmula deve garantir, no mínimo, a inflação oficial medida pelo IPCA, e que o Conselho Curador do FGTS será o responsável por providenciar compensações caso a rentabilidade fique abaixo do IPCA.

Importante:

Essa decisão do STF só vale a partir da sua publicação (junho de 2024) e não tem efeitos retroativos. Por isso, não há direito a valores passados nem possibilidade de reverter a sentença com base no que foi decidido pelo STF.

Tem recurso?

Não. Como o juiz aplicou corretamente o que foi decidido pelo STF e pelo STJ, não há possibilidade jurídica de recurso com chances reais de êxito. A sentença é definitiva no atual contexto legal.

Agradecemos a confiança depositada em nosso trabalho. Seguiremos atentos às atualizações jurídicas e permaneceremos à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Atenciosamente,

Adriane Santos dos Anjos
OAB/MT 18.378
OAB/PB 34.621-A



RPV 1/3 DE FÉRIAS DISPONÍVEIS PARA SAQUE

BERNARDO VIEIRA DE ALMEIDA
CARMEN LUCIA ALVES
DENIS ALMEIDA RIBEIRO
SELVINO FERREIRA DOS SANTOS
TEOMIRO LUIZ DE AMORIM
VALDENIR BENTO DE SOUZA

PROCUREM O JURÍDICO SINDSEP/MT

FONE (65) 30237000/993095678 (Dra. Adriane Santos dos Anjos)

COMUNICADO OFICIAL

O SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO - SINDSEP/MT, por intermédio de sua Diretoria e de sua Assessoria Jurídica, vem a público informar a toda a categoria de servidores públicos federais que **dará início aos procedimentos de cumprimento coletivo de sentença** relativos a diversas ações judiciais vitoriosas, cujos direitos já se encontram devidamente reconhecidos pelo Poder Judiciário com possibilidade de acordo junto a AGU e/ou PRF.

As execuções abrangerão, entre outras, as seguintes teses jurídicas de grande relevância para os nossos filiados:

1. **Restituição da contribuição ao Plano de Seguridade Social (PSS) incidente sobre gratificações e verbas de natureza indenizatória;**
2. **Pagamento das diferenças relativas às Gratificações de Desempenho (GDs);**
3. **Implementação integral do reajuste geral de 28,86%;**
4. **Correção e pagamento de valores devidos a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI).**

Ademais, o SINDSEP/MT reafirma seu compromisso inabalável com a defesa dos interesses de seus representados e comunica que, paralelamente a estas execuções, **está promovendo os estudos técnicos necessários para a propositura de novas ações judiciais**, visando resguardar direitos e garantir o estrito cumprimento da legislação em favor da categoria.

O Sindicato manterá todos informados sobre os desdobramentos e conclama os servidores a acompanharem nossos canais oficiais de comunicação para futuras orientações.

Assessoria Jurídica - SINDSEP/MT – Em defesa do serviço e do servidor público.

Expediente



Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poçoão. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmt.org.br
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA QUADRIÊNIO 2022/2026

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; Vice-Presidente: Elias Belisário de Araújo; Secretaria Geral: Fernando Pivetta; Adj. Secretaria Geral: Zeni Salete Boff; Secretaria de Finanças: Gildásio Ferreira Gomes; Adj. Secretaria de Finanças: Sílvia Cléia Aires Ferreira; Secretaria de Administração: Enildo Gomes; Adj. Secretaria de Administração: Nelso Fortunato Ojeda; Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Damásio de Souza Pereira; Adj. Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Rosana Luzia Gomes da Costa; Secretaria de Formação e Política Sindical: José Olímpio da Silva Neto; Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical: Eliete Julia Sala Santin; Secretaria do Interior: Benedito Assis da Silva; Adj. Secretaria do Interior: Albir Alves de Brito; Secretaria de Imprensa e Comunicação: Gilmar Campos Soeiro; Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação: Adilson Benke; Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Izael Santana da Silva; Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Elza Barbosa dos Santos; Secretaria da Saúde do Trabalhador: João de Deus da Silva Filho; Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador: Celso Alfredo Simon; Secretaria dos Anistiados e Demitidos: Joacira Santana Rodrigues de Almeida; Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos: José Maria Silva e Arruda; Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Manoel Martins; Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Idivaldo Bernardes de Oliveira; Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Joilson Ruas do Nascimento; Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Sandra Cristina Ribeiro; Suplentes de Direção: I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III - Divina de Oliveira Santos; IV - Aderbal Castro de Queiroz; V - Donato Ferreira da Silva; VI - Jacira Weis. Conselho Fiscal - Membros Efetivos: I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandinéia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; Suplentes do Conselho Fiscal: I - Geovano Santos Moreira; II - Ademar Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.

SUCANZEIROS

Comitê Nacional se reúne no Ministério da Saúde

A reunião contou com a presença da chefe de gabinete, Elaine Cruz e lideranças sindicais e o ex-senador Acir Gurgacz. Muitos desses servidores sofrem com os efeitos graves do uso de substâncias como o DDT, BHC e outros inseticidas

No dia 22 deste mês, a Condsef/Fenadsef, suas entidades filiadas e representantes do Comitê Nacional dos Intoxicados iriam participar de uma audiência com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Na pauta central do encontro estava a demanda por plano de saúde para servidores da extinta Sucam, intoxicados durante trabalho de combate a endemias.

Infelizmente, o ministro Alexandre Padilha não compareceu, alegando incompatibilidade de agenda. No entanto, a reunião contou com a presença da chefe de gabinete, Elaine Cruz.

Estiveram no ministério lideranças sindicais e o ex-senador Acir Gurgacz (RO), reforçando a importância da causa e a urgência por respostas concretas do governo.

Muitos desses servidores sofrem com os efeitos graves do uso de substâncias como o DDT, BHC e outros inseticidas do grupo organoclorado, usados para combater doenças causadas por mosquitos, como a malária, a leishmaniose e a febre amarela. Dezenas já

Foto: Mário Hashimoto



O ministro Padilha não pode comparecer

faleceram. A luta em busca de dignidade a esses servidores é histórica e já chegou a ser reconhecida como questão humanitária em 2011, pela então ministra Maria do Rosário.

O que esses trabalhadores buscam é garantir o mínimo de dignidade no enfrentamento dessas sequelas adquiridas ao longo de sua vida laboral no setor público. Vale registrar que a maioria dos servidores afetados foram contratados até o ano de 1988, a grande maioria, portanto, está em idade avançada.

Um outro fator corroborador desse



processo da doença, é a estagnação salarial do servidor, que se agrava com a perda do poder de compra. Soma-se a isso a chamada inflação médica que

corrige os valores dos planos de saúde, ocasionando a impossibilidade de se arcar com assistência médica especializada ao que o caso requer.

A Condsef reafirma seu compromisso com a reparação histórica desses trabalhadores e segue atuando em diversas frentes legislativas e institucionais para garantir

o reconhecimento e o atendimento integral das vítimas da contaminação por DDT e BHC. (COM CONDFEF)

Marcha dos Intoxicados toma forma e se organiza para mês de setembro

A Comissão Nacional dos Intoxicados realizou, no dia 23, uma reunião virtual para deliberar sobre importantes temas relacionados à organização da Marcha dos Intoxicados. O encontro, realizado via plataforma Meet, contou com a participação de representantes de diversas entidades e foi marcado por decisões estratégicas que visam fortalecer o movimento em defesa dos direitos dos trabalhadores que se encontram nessas condições.

Entre os principais pontos discutidos e aprovados, destacam-se:

Data da Marcha: A mobilização ocorrerá um dia antes ou depois da Marcha das Três Esferas contra a Reforma Administrativa, prevista para setembro, em alinhamento com a Condsef/Fenadsef. A proposta será apresentada no Conselho Deliberativo da Entidade (CDE). De acordo com a Coordenação Geral Nacional dos Intoxicados, a meta é reunir pelo menos 1.000 sucanzeiros na Marcha. As entidades de base deverão confirmar o número de participantes até o dia 12 de agosto de 2025.

Logística: Após o prazo de confirmação, será definido o rateio entre os estados para custear o deslocamento dos participantes de Goiás e Minas Gerais, caso seja necessário complementar o número de participantes. Além disso, opções de hospedagem

no Distrito Federal estão sendo levantadas pela Condsef/Fenadsef, com prazo para reservas até 15 dias antes do evento.

Materiais e estrutura: Serão confeccionadas faixas, banners e camisetas padrão cáqui, com espaço para identificação das entidades. A marcha contará com pelotões uniformizados, incluindo participantes em fardas originais e portando equipamentos simbólicos. Também haverá carro de som, distribuição de água e ambulâncias para assistência médica, providenciados pelo Sindsep-DF e pela Confederação.

Trajetos e programação: A concentração terá início às 9h na Catedral de Brasília, com paradas estratégicas em frente ao Ministério da Saúde e ao Anexo 2 da Câmara dos Deputados. Estão previstas audiências com autoridades, incluindo o Ministro da Saúde e a Presidência da Câmara, além de uma audiência pública com a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público no Plenário Nereu Ramos.

Foi homologada a composição da Coordenação Geral Nacional dos Intoxicados, que terá mandato até 31 de dezembro de 2025. Entre os membros, destaca-se Antônio Gilvan, presidente do Sintsep-GO, que assume o cargo de 1º Secretário Geral Adjunto. (FONTE: SINTSEP-GO)

60+ com VANTAGENS

Aposentados aproveitam mais com descontos especiais em nosso hotel!

HOSPEDAGEM + PENSÃO COMPLETA + ÁGUA MINERAL + TRANSPORTE* IDA E VOLTA
* PARA GRUPOS COM NO MÍNIMO 15 PESSOAS

R\$480

VALOR POR PESSOA/DIÁRIA EM APARTAMENTO QUÁDRUPLO, DE SEGUNDA A SEXTA — PROMOÇÃO VÁLIDA ATÉ 30/06/2025.

RESERVAS: ☎ (65) 2018-0444 📞 (65) 3614-7500

ARTIGO

Sindicato: nossa casa coletiva, nossa identidade de classe, nosso instrumento de luta

POR HELDER MOLINA (*)

O surgimento do sindicalismo está ligado ao contexto da industrialização e consolidação do capitalismo na Europa a partir do século XVIII, quando ocorreu a Revolução Industrial. Esse período histórico foi marcado pelas péssimas condições de vida e trabalho às quais estava submetida boa parte da população europeia, principalmente os trabalhadores.

No Brasil, a formação dos sindicatos é influenciada pela migração de trabalhadores vindos da Europa para trabalhar no país. No final do século XIX, a economia e a sociedade brasileira sofrem uma grande transformação, marcada pela abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889).

Neste momento, a economia brasileira deixa de se concentrar na produção de café e cede espaço para as atividades manufatureiras, surgidas nos centros urbanos e no litoral brasileiro. A abolição da escravidão, substituída pelo trabalho assalariado, atrai muitos imigrantes vindos da Europa, que ao chegar se depararam com uma sociedade que oferecia pouquíssimos direitos aos trabalhadores, ainda marcada pelo sistema escravocrata.

Estes novos trabalhadores possuíam experiência de trabalho assalariado e relativos direitos trabalhistas já conquistados em seu antigo país. Assim, rapidamente essas pessoas começaram a formar organizações

Na relação entre capital e trabalho, o trabalhador é a parte menos protegida, a que precisa de proteção. Porque o empresário, além do poder econômico, em geral, ele também tem o poder político.

Um sindicato fortalecido é um instrumento de luta da classe trabalhadora que vai além da busca por melhores condições de trabalho e da questão salarial. O conjunto de direitos sociais que hoje atende toda população foram reivindicações históricas do movimento sindical.

Os sindicatos existem para defender os direitos dos trabalhadores. Nossos direitos são frutos de muitas lutas e para garanti-los temos que ter sindicatos fortes e de luta. Hoje temos emprego, salário, previdência, plano de saúde, e tantos outros direitos garantidos. Mas milhões de trabalhadores ainda não têm esses direitos.

Amanhã, quem garante que não estaremos sem emprego, vivendo na informalidade, sem salário, sem renda, sem direitos, sem futuro? É pensando nisso que nos organizamos em sindicatos. Os direitos que os trabalhadores têm, hoje, são frutos de muitas lutas,

vindas desde o século XIX

Duros combates e mobilizações para melhorar a vida dos trabalhadores se deram não só no Brasil (desde a escravidão), mas no mundo inteiro. A luta pela definição, e depois pela redução da jornada de trabalho, vem de 150 anos.

Quando não havia sindicatos, nem direitos trabalhistas, era o patrão quem decidia o preço da força de trabalho e a duração da jornada. Eram de 14 ou 16 horas diárias, e o trabalho das crianças e mulheres não era remunerado. Só na década de 1920 os trabalhadores conquistaram a jornada de 8 horas diárias. E, no Brasil, isso só foi em garantido na lei em 1932.

A vida "produtiva" de um trabalhador não passava de 25 anos de trabalho. Viravam bagaços humanos nas engrenagens das fábricas. Só a partir de 1910 foram garantidos o descanso aos domingos e o direito a férias. E essas conquistas foram à custa de muitas greves, mobilizações de massas, sofrendo repressões violentas, torturas, prisões, desaparecimentos, mortes. As operárias queimadas vivas numa fábrica de Chicago, nos EUA, são uma prova disso.

Os grandes banqueiros e empresários só acumulam lucros porque exploram os trabalhadores. Dinheiro não nasce em árvore, nem cai do céu. O lucro privado ou estatal é produto da exploração do trabalho e do trabalhador e da ausência de políticas sociais de distribuição da riqueza e dos benefícios gerados pelo trabalho humano, ou quando o Estado vira um comitê de negócios e interesses das classes que dominam a sociedade e monopolizam a economia.

E, no Brasil, quais foram as principais conquistas? O 13º salário foi conquistado após grandes greves, confrontos sangrentos, desde 1953, em São Paulo. E só foi reconhecido em lei em 1962, no governo Goulart, após uma década de lutas. As leis de aposentadoria, contra acidentes de trabalho, da licença-maternidade, da periculosidade e insalubridade, fundo de garantia por tempo de serviço, todas, foram resultados de muitas lutas, sem nenhuma dádiva do Estado e dos patrões.

Foram presos mais de cinco mil trabalhadores metalúrgicos, em greve, na frente do sindicato, em São Paulo. Para conquistar um direito que os trabalhadores já tinham na Europa, no Japão e nos EUA, menos no Brasil. Questão social no Brasil sempre foi "caso de polícia".

Nada veio por bondade dos patrões, dádiva do Estado, ou por "sorte" de alguns trabalhadores. Ao contrário, só a resistência, a organização, a luta e a mobilização coletiva trazem conquista e direitos.

E qual a importância do movimento sindical na

história do nosso país? O movimento sindical foi decisivo para a conquista da democracia, dos direitos sociais, da liberdade, em diversos momentos da história brasileira. Para citar só alguns exemplos: a conquista da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) foi fruto das lutas dos anarco-sindicalistas, comunistas e socialistas.

O conjunto de direitos conquistados também foi conseguido pela organização sindical. Os sindicatos participaram das mobilizações que deram fim à ditadura militar no Brasil e organizaram a resistência às políticas de mercado, impostas no período do presidente Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, em defesa do patrimônio público e dos direitos dos trabalhadores, que foram duramente atacados pelo empresariado e pelo governo.

Sabemos que as entidades sindicais representam o conjunto das suas respectivas categorias nas negociações coletivas. Uma vez que a filiação sindical não é obrigatória no Brasil, quais são as vantagens e a importância de o profissional ser sindicalizado?

O trabalhador sindicalizado tem direito garantido de assistência jurídica, seja individual ou coletiva, com advogados nas áreas trabalhista, previdenciária e cível

Tem também direito a descontos em diversas instituições de ensino, lazer, esporte, saúde e outras, com as quais o sindicato mantiver convênio.

Todos os anos o sindicato negocia reajustes nos salários, melhores condições de trabalho e a defesa do emprego, nestes difíceis tempos de precarização, informalização, terceirização e desemprego, de trabalhos por aplicativos, de substituição do trabalho humano pelas tecnologias, e de violentas reformas trabalhistas que retiram tantos direitos dos trabalhadores.

Sem empregos formais o sindicato se enfraquece, a identidade coletiva dos trabalhadores diminui, a previdência social não arrecada, e a pulverização e fragmentação dos trabalhadores aumenta.

Uma negociação salarial é longa, difícil, cansativa, com avanços e recuos, ainda mais em tempos de crise. O sindicato negocia duramente para que você tenha reajustes sobre o salário, sobre o ticket e todas as outras cláusulas que envolvem valores monetários. Tenha certeza de que, se dependesse da empresa, você receberia 0% de reajuste salarial e seus direitos seriam reduzidos e os benefícios retirados. Só não nos atacam mais porque lutamos coletivamente, e porque o sindicato luta com você.

No setor privado, o sindicato tem negociado Acordos de Participação nos Lucros e Resultados

(PLR) com várias empresas. Isso não significa que abandonamos nossa luta contra a propriedade privada e o capitalismo. Mas trata-se de receber parte do que nos é tirado pelos patrões. Só o sindicato pode negociar e assinar a PLR. Pela CLT, o sindicato é a instituição que faz a negociação coletiva.

Todo trabalhador tem direito de se sindicalizar, exercer sua cidadania sindical, opinar, discordar, propor, eleger e ser eleito, desde que participe ativamente da vida de seu sindicato.

Nunca é demais registrar: do céu só cai a chuva, os raios de sol e as bênçãos da fé. Todos os direitos trabalhistas, direitos sociais e políticos que temos hoje foram conquistados através de muitas lutas da organização sindical, dos movimentos sociais. Tudo é fruto de lutas. Se lutando já é difícil, sem luta é muito mais!

O sindicato, ao cobrar contribuição assistencial dos trabalhadores não sindicalizados, faz um ato de justiça, pois as despesas de uma campanha salarial são grandes, e os direitos e benefícios, quando conquistados e garantidos, são distribuídos a todos e todas, tanto para aqueles que lutaram quanto para os que não lutaram.

Não é justo que só os sindicalizados se responsabilizem pelos custos. Os sindicalizados sustentam a entidade sempre, antes e após as campanhas salariais. Dessa forma, a contribuição assistencial se torna necessária, pois ela visa garantir recursos para as despesas da campanha salarial, assessoria jurídica, formação, comunicação, cultura, lazer, para a categoria e seus familiares, visitas e ações sindicais nos locais de trabalho, produção de jornais, revistas, boletins, viagens para negociações, pagamentos de funcionários para atender a categoria, despesas com luz, água, internet, impostos etc., etc.

Nossos direitos foram todos conquistados nas lutas. O sindicato é o instrumento coletivo de combate de classe, e só a luta coletiva faz frear e recluir o retrocesso civilizatório do capital quanto aos direitos da classe trabalhadora.

Se com sindicato a luta já é difícil, sem sindicatos voltamos à escravidão da falta de direitos, remuneração, cidadania, qualidade de vida. Defende o seu sindicato, filie-se.

(*) HELDER MOLINA É PROFESSOR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UERJ, LICENCIADO E BACHAREL EM HISTÓRIA, MESTRE EM EDUCAÇÃO, DOUTOR EM POLÍTICAS PÚBLICAS, PÓS-DOUTOR EM EDUCAÇÃO, ACESSOR E FORMADOR SINDICAL.



NOME	DIA
ADELITA DE ARRUDA MAGALHÃES	23
ADEMAR ANTUNES DE SOUZA	22
ADENIL MAGALHAES ARRUDA	10
ADENILSON DA SILVA	20
ADRIANO ORIVALDO DE BARROS	23
AGENOR EUSTAQUIO DA SILVA	14
AGNA SILVA DE ASSIS	20
ALBERTINA COSTA DO NASCIMENTO	07
ALBIR ALVES DE BRITO	04
ALDEMIR DE MORAES CAJANGO	04
ALEANDRA MARIA BLANGER	17
ALECIO EPIFANIO SOARES	15
ALMERINDA PEREIRA DE PINHO	06
ALRIA CARDOSO DE OLIVEIRA	23
ANA JOSEFA BARROS DA COSTA	04
ANA LUCIA MARIA RIBEIRO	16
ANA MARIA DA MATA BENTO	26
ANDREIA APARECIDA DE QUEIROZ	05
ANGELA DA SILVA GUEDES	25
ANGELO SANTANA	02
ANILDO RODRIGUES PEREIRA	27
ANTONIO ELIAS DE LIMA	16
ANTONIO ERCILIO DE MAGALHÃES	17
ANTONIO JOÃO DE CAMPOS	15
ANTONIO SABINO DOS SANTOS	10
ANTONIO VICENTE DOS ANJOS SOBRINHO	21
ANTUZIA ALVES DA SILVA	27
ARACIMIR DA LUZ SANTIAGO	13
ARISTIDES PAES DE OLIVEIRA	31
ARLINDO RODRIGUES SPINDOLA	19
AROLDO DE SOUZA	20
ASSUNÇÃO HURTADO	15
BARTOLINA LOPES CORREA	24
BENEDICTO SABINO DE FIGUEIREDO	29
BENEDITO NASCIMENTO GOMES	29
BENEVENUTO DO ESPIRITO SANTO MODESTO	10
BENONES DE SOUZA MATOS	04
BEPTOIT METUKTIRE	07
BERMIRA MARIA DA SILVA FIEL	20
BERNARDO VIEIRA DE ALMEIDA	18
BRANCA ROSA ROCA IKEDA	29
CARLOS AUGUSTO RODRIGUES	02
CARLOS BARBOSA PADILHA	29
CARLOS CORREIA	01
CAROLINA DELGADO DE CARVALHO	16
CAROLINA QUEIROZ MONTEIRO	28
CAROLINA SANTOS GIMENET	03
CATARINA MARIA DE ASSIS	25
CELSE SEBASTIAO CRUZ	16
CILCO PAULA DIAS	17
CLARICE APARECIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA	17
CLAUDIA SANDRA LENHARDT DE OLIVEIRA	01
CRISTINE MATOS DE BRITO	06
DALMI LUCIO DE ALMEIDA	02
DANIEL LOPES MACHADO	04
DIRCE MOURA DE AMORIM	05
DOGIVAL BARBOSA DA SILVA	28
DONATO FERREIRA DA SILVA	16
DURVALICE LARA DE ARRUDA	23
EDILSON LEONARDO DA SILVA	04
EDILSON RAMOS VARANDA	09
EDMILSON DE SOUZA	31
EDSON LUIZ DOS SANTOS	20
ELIA TEREZINHA CZARNOBAY	26
ELIANE MADALENA SIMOES VIEIRA	02

ELIANE SCHOENHEN	01
ELIANGELO CALVACANTE SOUZA	01
ELIAS DOS SANTOS BIGIO	10
ELIETE VIEIRA DA SILVA	03
ELIZABETE DE FIGUEIREDO SILVA	04
ELSA RODRIGUES DE SOUSA SILVA	29
EMILIA SOARES DE BARROS	17
ENEDINO MAXIMIANO DE JESUS	26
ERMITA FERREIRA DE OLIVEIRA	13
EUNICE DA SILVA ALVES	21
EURIPEDES MOREIRA LOPES	27
FELISBERTO LEMES DA SILVA	28
FERMINA OLERIA GONÇALVES E SILVA	25
FRANCISCO LOPES FILHO	25
GABRIEL DOS ANJOS	23
GANABRIEL DO ESPIRITO SANTO MODESTO	03
GELDOMIRA PIRES MIRANDA MUTRAN	06
GELSON BENEVIDES DE OLIVEIRA	20
GETÚLIO GONÇALVES DORILEO	07
GILMAR PAIEQUE PAROCA	27
GUSTAVO MENDES CANTARINO	24
HEITOR MARQUES TEIXEIRA	21
HELOISA BENEDITA RODRIGUES	01
HERMES PINTEL	22
INACIO ORTIZ NETO	08
IRACI OLIVEIRA FERREIRA COREZOMAE	07
IVALDINA DA SILVA	21
IVO ROSA DE MORAIS	11
JERONIMO VENANCIO DE ANDRADE	22
JESUS NOGUEIRA DE AZEVEDO	06
JOANA FRANCISCA GONZAGA PINHO	01
JOAO ISOTON	26
JOAO PINTO DE FRANCA	21
JOÃO RODRIGUES DE PINHO	28
JOAQUIM CLAUDIONOR DE SIQUEIRA	02
JOAQUIM DA SILVA BATISTA	18
JOAQUIM OZORIO BARBOSA	18
JOEDE MENDES RODRIGUES	15
JOILSON RUAS DO NASCIMENTO	2
JONILSON MORAES DA SILVA	11
JOSE AGOSTINHO DA SILVA	28
JOSE ASSUNÇÃO CASTILHO	15
JOSE AUGUSTO RODRIGUES FONSECA	12
JOSE DE OLIVEIRA	10
JOSE EL HAGE	15
JOSE LOURENÇO DE SOUZA	10
JOSE LUIZ GOMES	16
JOSE MARIA FILGUEIRAS	19
JOSE MARIA SILVA E ARRUDA	27
JOSE MERTIOR MARTINS	07
JOSEFINA MARIA DOS SANTOS	27
JOVINA PEREIRA DOS SANTOS	08
JULIANA SILVA DE SIQUEIRA SIMAO	16
LAURITA ALVES DE ALMEIDA	11
LEIDIMAR DORES DOS SANTOS	12
LEONIDAS MONTEIRO GOMES DA SILVA	07
LIDIA ROSA DE OLIVEIRA	03
LINDAURA MUNZILAR NAQUIXINEPA	08
LOURENCA MENDES ORTIZ	10
LOURENÇO RODRIGUES DE MORAES	10
LOURIVAL RODRIGUES DE MORAES	29
LOURIVALDO LOURENÇO DE OLIVEIRA	01
LUCIENE DINIZ DA SILVA	03
LUIZ CASSIANO DE OLIVEIRA	13
LUIZA ANTONIA DE ARRUDA	25
LUIZ AURELIANO DA SILVA	18
LUIZ CARLOS CARNEIRO	22
LUIZ DE LIMA E SILVA COSTA	25
LUIZ EDUARDO PEDROSO	22
LUIZ HENRIQUE GONÇALVES PIRES	15
LUIZA BATISTA SILVA	28
LUIZA DA CONCEIÇÃO SILVA DE ABREU	22
LUIZA JUSTINA SORUBI RODRIGUES	02
MANOEL ALBANO DA SILVA	28
MANOEL DE ARAUJO SOUSA	22
MANOEL FERREIRA VILA NOVA	20
MANOEL JOAQUIM DA SILVA FILHO	02

MANOEL JOSE DA SILVA	15
MANOEL LINO GOMES DA SILVA	15
MANOEL NETO VIEIRA DE BARROS	23
MARCELO AMANCIO RAMALHO	25
MARCO ANTONIO NUNES DE OLIVEIRA	01
MARCOS GONÇALVES GUIMARÃES CORREIA LIMA	16
MARGARETE BATTISTUSSI	21
MARIA DA CONCEIÇÃO TAQUES	11
MARIA DA GLORIA ALVES LEITE	18
MARIA DAS NEVES PEREIRA REIS SILVEIRA	05
MARIA DO SOCORRO PERPETUO	16
MARIA DOMINGAS PEREIRA DA SILVA	03
MARIA DOMINGOS DA SILVA	01
MARIA GONCALINA DE FIGUEIREDO	29
MARIA OZELIA DE LIMA DANTAS	09
MARIA TAPAJOS CARVALHEIRO	31
MARIA TEREZA TABORGA	04
MARILEY APARECIDA SIMAO SANTI	02
MARINEZIO SOARES DE MAGALHAES	21
MARIO SHIMABUKURO	11
MARLY SOARES DA CRUZ	02
MARTHA VARGAS NUNES	28
MEIRE DA SILVA LEITE	16
MONICA FERNANDA DE AMORIM	10
NEVES MARIA DA CONCEIÇÃO	04
NICOLE ANTUNES MARTINS	21
NILO VIEIRA DOS PASSOS	18
NILVANY DE LIMA REZENDE	10
NIVERSINO ROSA DE MORAES	21
NONATO VILABARDE PINHEIRO	31
ODILA OLIVEIRA DA COSTA	08
ODIR DE ARAUJO	10
OIRTO GLORIO DA SILVA	15
OLIRIO LUIZ DE BARROS	25
OSVALDO DAS NEVES VIANA	05
OSVALDO RUFINO BORGES	01
OURIVALDO RAMOS DE ARRUDA	05
PATRICIA PARENTE LEMOS DOS SANTOS GONCALVES	06
PAULO ARAUJO	07
PAULO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA COSTA	14
RAFAELA REGINA MALDANER	08
RAIMUNDA FERNANDES DA SILVA COSTA	28
REJANE DE ARAUJO VALERIANO	06
ROSE MARY CRAVEIRO VERLANGIERI	17
RUTE MARIA FOLADOR	25
SALIM JORGE SALOMAO	31
SALOMÃO MAMEDE DE ARRUDA	17
SAMUEL ALVES DE CARVALHO	20
SEBASTIAO EUSTAQUIO DE CARVALHO	16
SEBASTIAO VIEIRA DOS SANTOS	13
SIDNEY FERNANDES	15
SILBENE LETICIA VICUNA SOUZA	29
SILVANA TEIXEIRA DE SOUZA	14
SILVANIA ALVES DOS SANTOS	29
SUZANO EDISON DE SOUZA	11
TAMIRIS MARANHO ARRUDA	21
TARGINO RODRIGUES RAMOS	24
TATIANE PADILHA QUEIROZ	04
THEONILDO RAMOS DE ARRUDA	23
VALERY KESSIS DA SILVA PIRES	07
VERALUCIA OLIVEIRA PULCHERIO	27
VEREANO MIGUEL INFANTINO	09
VERGINIA DE FATIMA FABRI DOS SANTOS	10
VERILDO MARCHETTI	05
VICENTE CABRAL	28
VILSON MARIANO DE SOUZA	31
VIVIAN JACQUELINE RODRIGUES BOAVENTURA	01
WILSON ALVES DA SILVA	15
WILSON ALVES DOS SANTOS	19
WILSON LOURENÇO MARTINS CORREA	10
XISTO SILVA	06
ZOE DA GLORIA ARRUDA	15